

A HISTÓRIA OU A LEITURA DO TEMPO

Mário Martins Viana Júnior*

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

Um dos principais estudiosos da História Cultural chega aos seus 64 anos em plena produção intelectual, revisitando temas e propondo novas perspectivas de abordagem em relação a problemáticas caras à História. É assim que podemos observar a biografia de Roger Chartier que alcança, no ano de 2009, o seu décimo livro publicado no Brasil. Nascido em Lyon, no seio de uma família operária, esse historiador teve importantes passagens pela Escola Normal Superior de Saint Cloud e pela Universidade de Sorbone, tornando-se mestre conferencista e diretor de pesquisas da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais. Atualmente, é professor titular no Collège de France, além de atuar nas Universidades de Harvard e da Pensilvânia.

Esse breve comentário nos auxilia a perceber a influência e o alcance dos escritos desse intelectual na produção historiográfica que, desde os anos 80, vêm marcando uma geração de historiadores conhecida como *A Nova História Cultural*.¹ Sob a influência dos estudos da hermenêutica, os estudiosos aguçaram suas sensibilidades dando ênfase aos aspectos subjetivos, aos detalhes como elementos reveladores em suas pesquisas, trazendo o *eu significante* para a História e, portanto, se esquivando dos condicionamentos sociais, mediante a interpretação e a atenção destinada às produções de sentido realizadas pelos indivíduos. Em um estreitamento de relações com a Antropologia e com a Linguística, a História Cultural pensada por Chartier é aquela que permite analisar a realidade social como construção, isto é, como *uma realidade dada a ler*.

* Doutorando em História Cultural na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
E-mail: mario_ufc@hotmail.com

Possibilitando uma variedade de objetos, métodos e abordagens essa vertente seria marcada por questões próprias. A articulação entre as obras singulares e as representações comuns, por exemplo, seria uma problemática fundamental para Chartier evidenciada na passagem *Do social ao cultural* (capítulo 3), à medida que são deslocadas as delimitações sociais para se observar o processo pelo qual os leitores dão sentido aos textos dos quais se apropriam; aspecto observado contrariamente à negação da importância de qualquer aspecto extratextual nos estudos do texto feita pelos adeptos do *New Criticism*.² Para esse historiador o primordial seria a aproximação e a articulação daquilo que a tradição ocidental separou: os discursos e a materialidade; através da compreensão de como as invenções dos leitores se articulam e dependem dos usos e das convenções impostas.

Todavia, os efeitos e os alcances dessas transformações no âmbito historiográfico no qual Chartier estava inserido foram amplos e diversos e, ainda hoje, estão longe de apontar para uma resolução harmônica. Ademais, talvez esta situação de instabilidade e confronto sobre as diferentes formas de produção do conhecimento histórico seja salutar para a disciplina, à medida que há uma intensidade de debates e discussões de caráter reflexivo. Retomando a questão o autor faz a seguinte pergunta: estaria a história em crise? Da maneira peculiar como operam os historiadores culturais, isto é, partindo dos objetos para se entender as práticas sociais, Roger Chartier, como especialista da história da leitura, retoma neste livro-ensaio a temática de uma possível “crise da história”, que foi abordada inicialmente em *À beira da falésia*, além de convidar o leitor a refletir sobre as influências da *cultura digital* na história de longa duração da cultura escrita.

O título do primeiro capítulo já aponta a direção da discussão em que se pensa uma “crise da história”. Em *A história, entre relato e conhecimento*, o autor busca observar os efeitos da evidenciação das dimensões retórico e narrativa na escrita da história, a partir de três importantes obras dos anos 70: Paul Veyne (*Como se escreve a história* - 1971), Hayden White (*Meta-história* - 1973) e Michel de Certeau (*A escrita da história* - 1975). Tais livros trouxeram preocupações e colocaram em alerta muitos historiadores, visto que por muito tempo a disciplina esteve enraizada na tradição historicista e teve laços estreitos com uma concepção de ciência que se acreditava imparcial e plenamente objetiva. A crise, então, seria oriunda desse choque epistemológico, momento em que a narrativa e a retórica passaram a ser reconhecidas como elementos inerentes à história, propiciando uma perda de cientificidade.

Como se chegar a um conhecimento científico mediante a retórica e estruturas narrativas que também são as da ficção? O historiador estaria trabalhando com o real ou com a ficção? Para responder a estas questões,

Chartier realiza um trabalho ousado de aproximação entre dois autores. Inicialmente recorre a Carlo Ginzburg (com quem ele mais dialoga por todo o texto) para quem prova e retórica não seriam antinomias, mas, antes, estariam interligadas; e, em seguida, traça um paralelo com Michel de Certeau ao afirmar que para este “a história é um discurso que produz enunciados ‘científicos’” (p. 16). Na releitura das obras desses historiadores a problemática seria deslocada pela transformação do entendimento do que seria ciência. A história ao reconhecer a associação, e não a oposição, entre saber crítico e narração, conhecimento e relato, retórica e prova, daria mostras de uma profícua, salutar e responsável mudança epistemológica.

Em seu segundo capítulo, *A instituição histórica*, Roger Chartier dá continuidade à caracterização das transformações no âmbito historiográfico a partir da “nova história da ciência”, além da atenção ao “lugar social” na produção do conhecimento. Para a primeira noção, retoma autores como Lorraine Daston e Mario Biagioli e para a questão do “não dito” trabalha novamente com de Certeau, além de observar a categoria de “campo” de Pierre Bourdieu. Dessa forma, o autor enfatiza a importância da observação das restrições e das determinações nos meios acadêmicos bem como do caráter subjetivo o que, paradoxalmente, não apontaria para um relativismo cético. A história é vista assim como uma das diferentes modalidades de relação que as sociedades têm com o passado o que aponta a necessidade de marcar suas fronteiras e diferenças em relação a outras formas, tais como: a memória e a ficção.

Dialogando com Paul Ricoeur, o autor sinaliza as diferenças entre história e memória. Enquanto a primeira seria um “saber científico” e estaria ligada aos documentos, à natureza indiciária, ao exercício crítico e à construção da explanação histórica com intenção de verdade, a segunda estaria atrelada aos testemunhos, à necessidade de confiança e credibilidade, observada no imediatismo da reminiscência e na aparente fidelidade. Ainda que interligadas e interdependentes, história e memória guardariam, assim, diferenças fundamentais.

Outro modo de relação com o passado seria a ficção que, distante do objeto real, não teria problemas com o campo histórico. Todavia, a força cada vez mais poderosa das obras literárias nas moldagens das representações sobre o passado e o abandono do “verossímil” por algumas vertentes literárias através de “notações concretas” em suas fábulas propiciou um ofuscamento da distinção, antes tão clara, entre história e ficção. O apoderamento do passado acrescido da utilização de documentos e técnicas da historiografia denotava a intenção da produção de um discurso histórico ilusório que, submetido à crítica, estaria repleto de incertezas, imprecisões e, sobretudo, anacronismos.

Para Chartier, portanto, a “suposta crise da história”, bem como a confusão entre história, memória e ficção, seria superada a partir da reflexão dos critérios e das condições de produção do discurso histórico e da crítica a essas outras formas de relação com o passado. Não que a literatura, por exemplo, não possa ser trabalhada com e pela história. Os *insights* possibilitados à “imaginação histórica”, como recentemente foi lembrado³, não devem ser descartados, bem como os detalhes, os “restos” de outros tempos que as obras literárias nos permitem pôr em destaque desde que, claro, façamos a crítica histórica como lembrou Sidney Chalhoub ao interpretar...

[...] os romances de Machado de Assis, em busca do sentido das mudanças históricas do período, segundo a visão dele, e conforme sua intenção, ou arrepio dela.

Ao fazer isso, o bruxo realizou o objetivo, todo seu, de dizer as verdades que bem quis sobre a sociedade brasileira do século XIX.

Ou seja, a literatura busca a realidade, interpreta e enuncia verdades sobre a sociedade, sem que para isso deva ser a transparência ou o espelho da matéria social que representa e sobre a qual interfere.⁴

Essa postura reflexiva levaria também a uma discussão em torno da concepção de cultura, evidenciando os problemas inerentes à separação entre *Discursos eruditos e práticas populares* (capítulo 4). Fazendo uma crítica a Peter Burke e aproximando-se de Natalie Zamon Davis, Chartier afirma que mais importante do que “[...] datar o desaparecimento irremediável de uma cultura dominada [é] compreender como, em cada época, tecem-se relações complexas entre formas impostas, mais ou menos restritivas, e identidades salvaguardadas, mais ou menos alteradas” (p. 46), onde há sempre brechas para resistências e apropriações e onde a imposição sempre é negociada com as representações arraigadas. Desse modo, o interessante é observar os *mecanismos* que fazem com que os indivíduos interiorizem sua inferioridade e as *lógicas* que permitem a preservação de uma cultura dominada.

O problema então que se coloca para a História Cultural é o da possibilidade de articulação entre práticas e discursos. Reconhecidas as contribuições do “giro linguístico”, ao afirmar que a realidade não preexistia ao discurso, sendo construída na e pela linguagem, Roger Chartier apóia-se em Michel Foucault e Bourdieu (de certo, surpreendentemente para muitos historiadores) para *pensar a irredutibilidade da experiência ao discurso* e para precaver contra o uso descontrolado do texto, isto é, o “imperialismo do texto”⁵, ao chamar a atenção para as limitações materiais das construções da linguagem.

Nessa busca de articulação, a noção de *representação* advinda das ciências sociais torna-se fundamental na medida em que possibilita engendrar uma *história das representações*, isto é, compreender, ao mesmo tempo, como os discursos constroem as relações de dominação e como eles mesmos dependem dessas relações assimétricas.

Preocupado com outras formas de articulação, Roger Chartier propõe uma reflexão sobre a *Micro-história e globalidade* (capítulo 5), isto é, quanto à possibilidade de articular o local e o global no conhecimento histórico. Seria possível uma história global? De acordo com ele, sim e não. Sim, se forem consideradas as variações de escalas da história tal como apontou Paul Ricoeur; e não, se essa história global, em uma postura de superioridade epistemológica, rejeita a micro-história e a compreende de forma unívoca e limitada.

Tal como Maria Lígia Prado⁶, Roger Chartier recorre a Serge Gruzinski para criticar o modelo de história comparada de caráter eurocêntrico e, dessa forma, baseado em dualismos. As propostas desses três autores confluem no sentido delineado por Sanjay Subrahmanyam: o de *histórias conectadas*. Todavia, para Prado não haveria exclusão entre comparação e conexão, na medida em que ela entende que é possível se fazer história comparada pensada de outra forma. Assim, essas perspectivas seriam complementares, ao invés de excludentes. Sua idéia de história comparada é retomada, modificada e relacionada com as histórias conectadas.

Em Chartier, ainda que pesem as caracterizações européias e os binarismos, a história comparada a ser trabalhada é aquela entendida principalmente sob o viés morfológico de outro autor não presente na análise de Prado (Marcel Détiene); perspectiva interpretada como a ausência de certificação dos contatos culturais entre os parentescos de diferentes formas (estéticas, rituais, ideológicas, etc.). Mesmo assim, partindo de ideias ao mesmo tempo semelhantes e distantes de história comparada, a sugestão de ambos os autores aponta no sentido das conexões, comparações e interligações entre o local e o global. Tomados em paralelo, há uma dupla-ressignificação: tanto da história comparada, como da história global que, inclusive, pode aparecer sob o termo de “glocal” para indicar com mais ênfase a união indissociável entre as duas esferas.

No penúltimo capítulo, *A história na era digital*, o autor nos convida a refletir sobre os efeitos do ingresso na era da textualidade eletrônica. Mais do que os problemas iniciais evidenciados na história serial e quantitativa com a introdução do computador, os desafios atuais se colocam no sentido de pensar as novas formas de construção, publicação e recepção dos discursos históricos.

Através do formato eletrônico há uma influência mútua sobre o escritor e o leitor. Ao primeiro multiplicam-se as possibilidades de demonstração e

articulação aberta graças às ligações hipertextuais, enquanto que ao leitor é conferido um poder inaudito de comprovação daquilo que foi dito pelo escritor, através da consulta de livros e documentos indicados nos textos eletrônicos. Altera-se, portanto, o *pacto de confiança* entre historiador e leitor. Mas não apenas isso. Modificam-se mesmo “[...] as técnicas da prova e as modalidades de construção e validade dos discursos de saber” (p. 61).

De fato, as possibilidades abertas pelo livro eletrônico talvez impliquem em uma postura mais crítica e comprometida do historiador, além de oferecerem ao leitor recursos que o formato impresso não dispõe. Seria uma saída viável às diferentes crises de edição? Certamente. Entretanto, o autor chama a atenção para o descompasso existente muitas vezes na história da leitura entre as mudanças de ordem prática e as revoluções técnicas, isto é, para a real capacidade desse novo livro encontrar ou produzir leitores. Como implicitamente anunciado no início desse capítulo, há uma brecha entre a revolução eletrônica e a realidade das práticas de leitura. O apego majoritário ao objeto impresso é patente. O virtual ainda não é real. Certamente um choque de temporalidades.

E é justamente para essa concepção de diferentes temporalidades, que perpassa todo o livro, à qual Roger Chartier se detém mais especificamente no último capítulo (*Os tempos da história*). Revisitando e superando as três dimensões temporais sugeridas por Fernand Braudel (factual, conjuntural e estrutural), o autor reafirma que os aspectos micro e macro não são irredutivelmente diferentes, são articulados e articuláveis na escritura histórica. Dialogando mais uma vez com Foucault, aponta ainda para uma noção diferenciada de acontecimento (factual) que, ao invés de ser visto como uma decisão consciente, como um resultado, seria relação de forças: aleatório, violento e inesperado apontaria para rupturas e quebras fundamentais em vez de continuidades.

O tempo, ou melhor, as diferentes temporalidades não seriam aspectos envoltórios objetivos dos fatos sociais, mas construções operadas em relações de poder que asseguram benefícios a uns e a desesperança a outros e que permitem que o presente seja como é. Assim, ao historiador cabe a leitura do tempo, como anunciado no título da obra, ou melhor, as leituras das diversas temporalidades, a desnaturalização que na maioria das vezes o presente parece estar imerso.

Em suma, ao entender os acontecimentos como rupturas, Chartier remete seu olhar tanto para aqueles eventos ocorridos dentro do campo da disciplina e da teoria da história (“crise da história”), como para a prática historiográfica, para as questões levantadas pela História Cultural na atualidade (“global e local”). Encara e reflete sobre as mudanças (“a era digital”) e as formas como as sociedades vêm se relacionando com o passado (história, memória e ficção).

Trata-se, portanto, do estudo de períodos que ainda não estão encerrados e de uma proximidade temporal ou de uma unidade temporal do sujeito e do objeto em que há a capacidade de intervir. Por todos esses elementos e ao “pensar o tempo presente como um tempo pertinente à disciplina da História”⁷, este livro-ensaio de Roger Chartier, além de uma reflexão sobre os estudos culturais, nos aparece como uma contribuição direta, ainda que não explicitada pelo autor, à *história do tempo presente*.

NOTAS

¹ HUTT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Neste livro, Roger Chartier aparece ao lado de vários estudiosos como E. P. Thompson, M. Foucault, T. Laqueur, entre outros, com o trabalho intitulado “Textos, impressão, leituras”.

² “O New Criticism é um movimento da teoria literária surgido nos anos 20 nos Estados Unidos. Propõe a separação do texto e do autor a fim de que o texto seja objeto em si mesmo. Rompe com biografismo da crítica de então, mas rejeita também a análise literária a partir de contextos sociais ou culturais. Um dos conceitos mais conhecidos o de Leitura Atentiva, leitura analítica e minuciosa do texto, preconizada por T. S. Eliot” (p. 59). Ver: CHEMELLO, Maurício. *O efeito como fim: guias da composição*. RS, 116 p. Dissertação (Mestrado em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul).

³ Ver: KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: O desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn. *op cit.*; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. São Paulo: EDUSC, 2007.

⁴ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 9, 12, 92 e 93.

⁵ LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language*. New Yorque, 1983. p. 19.

⁶ PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada na América Latina. *Revista de História*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, n° 153, 2° semestre de 2005. p. 11-34.

⁷ PORTO JR., Gilson. *História do tempo presente*. São Paulo: Edusc, 2007. p. 17.